



Sobre a situação na Palestina

Gaza bombardeada e sob ameaça de uma intervenção terrestre do Exército israelita

A situação actual na Palestina é uma expressão concentrada da situação mundial. A região do Médio Oriente foi atingida por uma onda desagregadora (Iraque, Síria). A crise de dominação dos EUA, à escala mundial, expressa-se, uma vez mais, na sua incapacidade de controlar a "ordem", como demonstrou a queda de Mossul e a tomada de uma parte do Iraque pelo grupo "Estado Islâmico no Iraque e no Levante" (ISIL, da sigla em inglês).

Tentando controlar esses acontecimentos o imperialismo dos EUA teve que se voltar para o Irão, em detrimento dos seus aliados tradicionais, a Arábia Saudita e Israel. Isso agudizou as contradições em toda a região. Os dirigentes do Estado de Israel tentam utilizar essa situação para desferir novos golpes às massas palestinianas que, nas últimas semanas, se empenharam em um processo de mobilização em Gaza, na Cisjordânia, e até às fronteiras de 1948¹.

É a demonstração de que aquilo a que chamamos revolução palestina continua a ser um perigo mortal, não apenas para os dirigentes do Estado de Israel mas também para os dirigentes do imperialismo dos EUA.

O Estado de Israel foi criado em 1948, com o patrocínio da burocracia estalinista da URSS, baseado na discriminação, na expulsão do povo palestiniano, na negação de seus direitos. Desde então, estabeleceu-se um consenso geral de todos os aparelhos dirigentes – dos Partidos Comunistas, Partidos Socialistas, incluindo o Secretariado Unificado pablista – para dizer que a existência do Estado de Israel, tal como foi fundado em 1948, não pode ser questionada. E que a única perspectiva "progressista" seria a criação de um "Estado" palestiniano ao lado de Israel.

Mas 20 anos depois da assinatura dos acordos de Oslo² está provado que a solução dos "dois Estados" levou exactamente à situação concreta em que vive hoje o povo palestiniano. De um lado está Israel, cuja

própria essência é desconhecer qualquer limite ao seu direito imprescritível de colonizar toda a Palestina. De outro lado estão os "territórios" (Cisjordânia e Gaza - que representam apenas 12% do território histórico da Palestina, NdT), verdadeiras prisões a céu aberto, totalmente submetidas às exigências e imposições do Governo israelita.

É nesse consenso – da existência de "dois Estados", defendido por todos os aparatos dirigentes da "esquerda" e da "extrema-esquerda" internacional, incluindo as Direções palestinianas – que o imperialismo dos EUA e o Estado de Israel se apoiam para manter o povo palestiniano na atroz situação na qual ele hoje se encontra.

Desde 12 de Junho, o sequestro de três jovens colonos israelitas na Cisjordânia provocou as maiores operações de limpeza e controlo da população palestina desde a segunda Intifada³. As forças israelitas, compostas principalmente por soldados originários das colónias da Cisjordânia, marcham sobre as cidades e vilas palestinianas arrasando tudo à sua passagem. Destroem casas, espancam crianças, prendem maciçamente. Mais de 400 prisões, milhares de buscas.

E nada disso se faz por acaso. Junto com alguns outros, os palestinianos que agora estão sendo presos são os mesmos que haviam sido libertados por ocasião do acordo envolvendo o soldado israelita Shalit, em 2011; são, na maior parte, militantes e dirigentes do Hamas⁴. Portanto, a lista de quem deveria ser preso estava preparada de antemão. O objectivo dessa operação de "limpeza" é, evidentemente, dificultar a aplicação do Acordo alcançado, em Abril de 2014, entre o Hamas e a Fatah⁵. Lembremos que [a discussão] desse Acordo, marcada pela recusa da Fatah de romper a cooperação na área de segurança com o Exército de ocupação israelita, levou diversas

¹ 1948: ano em que a ONU votou a Resolução que criou o Estado de Israel, sobre terras das quais haviam sido previamente expulsos os palestinianos pelo terror sionista (NdT).

² Acordos negociados na cidade de Oslo (capital da Noruega) e que foram assinados a 13 de Setembro de 1993, em Washington, dando origem à Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) e ao reconhecimento do Estado de Israel pela Organização de Libertação da Palestina (OLP) (NdT).

³ Levantamento iniciado em Setembro de 2000.

⁴ Grupo ligado à Irmandade Muçulmana, do Egipto, que, em 2006, venceu as eleições nos territórios ocupados e que, hoje, controla a Faixa de Gaza.

⁵ Al-Fatah – Movimento de Libertação Nacional da Palestina, fundado por Yasser Arafat, que está em maioria na OLP e que, hoje, preside à chamada Autoridade Palestiniana, na Cisjordânia.

organizações a sair da reunião, entre elas a FPLP (Frente Popular para a Libertação da Palestina, que também integra a OLP). Definitivamente, foi uma Fatah enfraquecida, dependendo exclusivamente de financiamentos externos, que passou um Acordo com um Hamas não menos enfraquecido, praticamente privado das suas fontes de financiamento. Esse Acordo previa a constituição, num prazo de cinco meses, de um novo Governo, sob a presidência de Mahmoud Abbas (dirigente da Fatah e actual presidente da Autoridade Palestiniana, NdT), garante dos Acordos com o ocupante israelita. Seis meses mais tarde deveriam ser convocadas eleições para o Conselho Legislativo da Autoridade Palestiniana.

A descoberta dos corpos dos jovens colonos israelitas provocou uma onda sem precedentes de manifestações anti-árabes no interior do Estado de Israel. Sem prova alguma (geralmente os dirigentes políticos de Israel não precisam provar nada), Netanyahu (Primeiro-ministro de Israel) acusou o Hamas. E, a partir do início de Julho, apenas um ano e meio depois da última operação militar israelita, de Novembro de 2012, um novo dilúvio de fogo está a abater-se sobre a Faixa de Gaza (300 incursões aéreas só no dia primeiro de Julho). Em alguns dias, 172 mulheres, crianças, idosos, homens – civis na sua maior parte – foram mortos. Milhares foram feridos. Prédios foram destruídos. De acordo com as autoridades israelitas, mil alvos foram atingidos em Gaza. Ora, a Faixa de Gaza tem 460 km² e 1,8 milhões de habitantes, dos quais 50% têm menos de 18 anos. São 5 mil pessoas por km². Mil alvos atingidos significa que toda a Faixa de Gaza foi atingida!

Tomada como refém, a população está presa, sem poder sair, submetida a um medonho bloqueio pelas autoridades israelitas, mas também pelo Egipto, que reforçou a sua fronteira com a Faixa de Gaza – desde a chegada ao poder do general Sisi – e não deixa passar praticamente nenhuma pessoa.

Dentro do Estado de Israel, a situação permanece extremamente tensa. Até aqui, as manifestações de palestinianos que vivem dentro de Israel eram marcadas por confrontos com a polícia israelita. O facto novo, e muito importante, que surgiu no período mais recente, é o aumento do número de confrontos, encontros e provocações de grupos de judeus israelitas contra os palestinianos que vivem dentro de Israel (os chamados "palestinianos do interior").

Desde a descoberta dos corpos dos três jovens colonos israelitas, as redes sociais israelitas foram inundadas por apelos à vingança. Manifestações anti-árabes ocorreram nas cidades de Jerusalém, Jaffa e Haifa. Depois do início de Julho, os testemunhos sobre esse tipo de agressões são quotidianos e cada vez mais numerosos. Inúmeros deputados e dirigentes

políticos israelitas organizaram manifestações onde gritavam "morte aos árabes", exigindo, especificamente, que seja retirada a nacionalidade aos "árabes israelitas". O ponto culminante dessa onda de brutalidades foi o linchamento de um jovem palestiniano, Mohamed Abou Kdheir, queimado vivo por seis israelitas que vivem nos territórios de 1967⁶ e o espancamento, muito divulgado pela Comunicação Social, de um outro jovem palestiniano que, além do mais possuía nacionalidade norte-americana. Expedições repressivas, linchamentos, ameaças de expulsão de palestinianos do interior, bloqueios, bombardeamentos, esmagamento físico dos palestinianos dos territórios de 1967. O Estado de Israel relembra, deste modo, a sua verdadeira natureza.

Os autores do linchamento do jovem palestiniano foram qualificados de "extremistas judeus". Mas eles não são o produto de uma sociedade baseada na rejeição e na negação do direito de existência do povo palestiniano sobre sua própria terra? Negação que toma a forma de uma política continuada de "limpeza étnica" da Palestina, prosseguindo a Nakba⁷ de 1948, que ocorreu na sequência da divisão da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A situação actual é produto da aplicação da linha de dois Estados, que só pode ser implantada mediante a existência de um Estado pretensamente judaico dominador e armado até aos dentes, e de um pseudo "Estado" palestiniano débil e completamente cercado, tal como ficou definido nos Acordos de Oslo de 1993. Tais Acordos estabeleceram a constituição de uma Autoridade Palestiniana, cujo principal mandato era controlar as massas palestinianas por conta do Exército de Israel.

Vinte anos depois, segundo um artigo publicado no diário *Haaretz*, de 9 de Julho, somente 10% da população palestiniana apoia Abbas, literalmente arruinado em virtude da sua colaboração com Israel.

Na sequência dessa escalada de violência, grupos de palestinianos de todo o país, inclusive nos territórios de 1948 (hoje controlados por Israel, NdT) tomaram a iniciativa de constituir comités populares, a fim de proteger as suas cidades e vilas contra os possíveis ataques. Tais comités são compostos de jovens voluntários que vigiam todas as noites as principais entradas das suas localidades. É toda uma nova geração de jovens palestinianos que se levanta,

⁶ Territórios de 1967 – áreas ocupadas por Israel durante a chamada Guerra dos Seis Dias, em 1967.

⁷ Nakba – Catástrofe, em árabe, palavra utilizada para designar os ataques, massacres e expulsão de centenas de milhar de palestinianos das suas terras e moradias, das suas vilas e cidades por sionistas armados, inclusive por Estaline, no período seguinte à criação do Estado de Israel pela ONU.

buscando organizar-se por si mesma e seguindo o modelo da geração que se sublevou em Dezembro de 1987 (primeira Intifada) e depois em Setembro de 2000 (segunda Intifada).

Importa ressaltar que duas manifestações organizadas pelo movimento de jovens, em Acre, a 8 de Julho, e em Nazaré, a 9 de Julho, foram impedidas por dirigentes de partidos palestinos do interior, impedindo os jovens de se manifestarem nas vias principais. Os Prefeitos das grandes cidades e vilas palestinianas de 1948, na maior parte membros do Partido Comunista, prometeram à polícia israelita acalmar a situação. Pelo seu lado, a grande massa de jovens decidiu boicotar as manifestações oficiais convocadas pelos partidos palestinianos.

Crise do Estado de Israel e crise de suas relações com o imperialismo dos EUA

Depois da guerra do Verão de 2006 contra o Líbano, quando o Exército israelita foi derrotado pela resistência organizada da população libanesa, o Estado de Israel realiza regularmente operações de bombardeamentos massivos sobre a Faixa de Gaza.

Mas o que se passa actualmente tem um alcance diferente e precisa ser relacionado com os mais recentes acontecimentos no Iraque, onde a queda da cidade de Mossul e a ofensiva contra Bagdad, pelo "Estado Islâmico no Iraque e no Levante", empurra a potência dos EUA a procurar novas alianças, particularmente com o Irão.

O impasse no qual se debatem os círculos dirigentes do imperialismo dos EUA, não pára de provocar "danos colaterais". Por diversas vezes, o Governo israelita pressionou Obama, rejeitando com desprezo as propostas de John Kerry (Secretário de Estado dos EUA, equivalente a Ministro dos Negócios Estrangeiros, NdT) referentes à retoma do "processo de paz". Em Abril último, John Kerry provocou a cólera do Primeiro-ministro israelita, Netanyahu, ao declarar – perante um grupo de altos funcionários internacionais – que *"a solução de dois Estados teria que ser colocada em prática como a única verdadeira alternativa. Porque um Estado único só poderia ser ou um Estado de apartheid com cidadãos de segunda classe, ou então acabaria sendo um Estado que iria destruir a capacidade de Israel ser um Estado judaico (...). No momento em que vocês assimilarem essa ideia nos vossos espíritos, compreenderão o quanto é imperativo render-se à solução de dois Estados, à qual ambos os líderes [palestino e israelita, NdR], disseram ainda ontem que permanecem profundamente apegados"*.

Alguns dias depois, a 1. de Maio, respondendo a J. Kerry, Netanyahu anunciou a sua intenção de

promulgar uma lei para *"estabelecer um âncora constitucional para assegurar o status de Israel como Estado-nação do povo judeu"*, confirmando assim de facto as suas verdadeiras intenções e provocando uma crise no Estado israelita com os partidários da solução de dois Estados, como a antiga Primeira-ministra Tsipi Livni.

A qualificação – ou o debate aberto – sobre o Estado de Israel como um Estado de apartheid é frequente na imprensa israelita. Mas tal afirmação na boca de um Secretário de Estado dos EUA era, até aqui, inédita (se bem que efectivamente de uma forma diferente da que conhecemos na África do Sul, Israel foi concebido, desde a sua origem, de certo modo como um Estado de apartheid).

A impossibilidade de equacionar a solução de dois Estados de maneira diferente da actual – que, de facto, bloqueia todas as possibilidades de estabilizar a situação – deixa inquietas as grandes potências. Com efeito, trata-se da sobrevivência do Estado israelita, elemento fundamental para a manutenção da ordem no Médio Oriente. Para o imperialismo dos EUA, essa orientação integra-se naquela que visa fazer refluir – pela guerra e pela violência, se necessário – os processos revolucionários na Palestina, na Líbia e na Tunísia, como já foi feito no Egipto. Mas todas as restrições territoriais chocam-se com a própria lógica da existência do Estado de Israel que, por definição, reivindica a terra, toda a terra da Palestina.

O Estado de Israel, elemento essencial da ordem imperialista no Médio Oriente, sai sempre reforçado do enfraquecimento ou do desmoronamento dos governos dos países árabes. Os laços de dependência que ele mantém com o imperialismo não o impedem de desenvolver o seu próprio jogo em relação com a sua lógica específica – a saber, uma Palestina sem palestinianos.

O Estado de Israel, expressão mais avançada da reacção em toda a linha que caracteriza a época do imperialismo, está enredado nas suas próprias contradições. O prolongamento da Nakba, depois de 65 anos, é o que origina a radicalização de uma camada da população israelita, que pede abertamente a erradicação dos palestinianos da terra da Palestina, constituindo-se um "Estado Judeu" exclusivo. A tensão actual reforça o fanatismo de numerosos israelitas, educados na perspectiva de uma possível destruição dos Judeus. Fala-se mesmo da possibilidade de se constituir em Israel um movimento insurreccional de israelitas similar à OAS⁸, que praticava atentados na Argélia francesa.

⁸ OAS - Organização Armada Secreta, formada por franceses que exerciam uma feroz violência para tentar manter a "Argélia para os franceses" e impedir a sua independência.

Mas esse mesmo Estado militar-policial – quadro de corrupção e enriquecimento para alguns, especialmente os empreendedores imobiliários e os desenvolvedores de tecnologias de vigilância e para uso militar – lança massas cada vez maiores de judeus para baixo do limiar de pobreza ou semi-pobreza.

O grau de apodrecimento do Estado israelita – que precisa de se declarar em guerra permanente – aprofunda-se na medida em que se aprofundam as contradições nas quais se encontra mergulhado o imperialismo dos EUA. Hoje, a aceleração da situação no Iraque, a volatilização da "resistência" síria, sustentada pelos EUA, empurra este último a apoiar-se sobre o Irão, principal potência regional (e que procura acabar com o embargo que pesa sobre si) em detrimento dos seus aliados no Golfo Pérsico, nomeadamente a Arábia Saudita. A ordem dos EUA – apoiada há décadas nas cliques parasitárias corruptas da região do Magreb⁹ e do Médio Oriente – foi abalada pelos processos revolucionários na Tunísia e no Egipto que derrubaram ditaduras pró-imperialistas. Embora, hoje, esses processos tenham sido contidos, o imperialismo considera que tudo pode ressurgir – a qualquer momento – porque, por trás de tudo, continua colocada a questão da soberania dos povos, especialmente nessa região petrolífera.

É nestas condições de crise da dominação dos EUA que os dirigentes do Estado de Israel avançam, há um mês, na confrontação com os palestinianos, mas também com o Irão. Numa região onde a luta de classes toma a forma da guerra, esses dirigentes provocam a guerra como o único meio de assegurar a sobrevivência do Estado de Israel e o seu pessoal. Mas falta-lhes a capacidade de concretizar as ameaças contra o Irão, estando eles próprios confrontados a uma crise interna sem precedentes. Esse reequilíbrio com o Irão, em nome da "*real politik*", também empurra o Estado de Israel a ir cada vez mais longe na repressão massiva contra os palestinianos.

A Quarta Internacional e o direito dos povos

Para defender a sua ordem ameaçada e prosseguir a sua política de pilhagem e exploração, o imperialismo deve desagregar as Nações e os Estados e opor-se, pela força, à soberania dos povos. As divisões e contradições que existem nas cúpulas do imperialismo dos EUA respeitam à maneira de operar para restabelecer a ordem. Mas qualquer que seja essa maneira de intervir, todos estão de acordo sobre a necessidade de esmagar os processos revolucionários. A Quarta Internacional apoia incondicionalmente o combate revolucionário dos povos pela sua

independência e soberania. Defender o povo palestiniano é defender o direito de todos os povos. O novo sofrimento sangrento imposto ao povo palestiniano não é mais que o produto da política do imperialismo dos EUA que, em 1947, com a ajuda da burocracia soviética, organizou a divisão da Palestina. A situação actual é o produto de toda a política do imperialismo dos EUA nestes últimos sessenta anos. Foi a Administração dos EUA que impôs, em 1978, os Acordos de Camp David – entre o Egipto e Israel – que levaram, pela primeira vez, a que um país árabe reconhecesse o Estado de Israel. Foram esses mesmos Acordos que, em seguida, permitiram ao imperialismo dos EUA impor a assinatura dos Acordos de Oslo, em 1993, nos quais a Direcção da OLP renunciou ao combate do povo palestiniano para afirmar os seus direitos nacionais, a começar pelo direito ao retorno de todos os refugiados.

Em 1993, numa Declaração contra os Acordos de Oslo, a Quarta Internacional escrevia: "*No momento em que é assinado o Acordo entre a OLP e o Estado de Israel – anunciando, sem nenhuma dúvida, novos sofrimentos para o povo palestiniano e para todos os povos da região – fica muito claro que a via para a paz não difere da via para a democracia, quer dizer, do direito de todos os povos a ser e a viver livres nas suas terras, a começar pelo direito do povo palestiniano ao retorno e à independência nacional; esta é a única via realista. Hoje, mais do que nunca, a paz no Próximo Oriente é o direito de regresso para todos os palestinianos, é um único Estado laico e democrático, uma só Palestina laica e democrática que se constitua com base na igualdade das suas componentes árabe e judaica em todo o território da Palestina.*"

Vinte anos depois os factos são reveladores. As violências e as guerras contra o povo palestiniano não pararam de se multiplicar. O pretenso "Estado" palestiniano não passa de uma miragem. A realidade é que pretendem desagregar o povo palestiniano, seja confinando-o na Faixa de Gaza submetido ao Hamas, seja confinando-o na Cisjordânia submetido à Autoridade Palestina, seja confinando-o nos campos da Jordânia, do Líbano, da Síria e de diversos outros países. Mas a realidade também é a afirmação da unidade de todas as componentes do povo palestiniano que exige seus direitos nacionais e, reafirmando, através deles, a existência de uma nação palestina. E, na primeira linha dessas reivindicações democráticas palestinianas está a reivindicação do direito ao retorno dos refugiados e da reconstrução das cidades destruídas pela Nakba.

⁹ A região do Magreb (poente) é formada por Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Mauritânia.